



A PRODUÇÃO SOCIAL DA FUMICULTURA NA REGIÃO BRASILEIRA DO VALE DO RIO
PARDO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rodrigo Luís Melz

rodrigo.melz@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Brasil

Rafael Kruter Flores

rafael.flores@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Brasil



RESUMO

O Brasil é o maior exportador e segundo maior produtor mundial de tabaco. O Vale do Rio Pardo (VRP), no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), possui a maior concentração de lavouras de fumo, correspondendo a cerca de 20% da produção nacional. Lá, a fumicultura é desenvolvida por agricultores familiares em um sistema integrado de produção que consiste em contratos com indústrias transnacionais. Os agricultores não possuem direitos trabalhistas, são submetidos a condições insalubres e há uma desigual distribuição das rendas na cadeia produtiva. Em 2003, a Organização Mundial da Saúde (OMS) constituiu o primeiro tratado mundial de saúde pública: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), com o objetivo de proteger as gerações presentes e futuras dos malefícios do tabagismo e contrapor as estratégias das indústrias multinacionais do tabaco. O artigo tem como objetivo analisar a produção social resultante da ação de atores sociais envolvidos com a fumicultura no VRP, através da Teoria da Produção Social do autor chileno Carlos Matus, que considera atores sociais como personalidades ou organizações com capacidades de acumular forças, desenvolver interesses e produzir fatos no jogo social. A partir de acumulações de recursos propiciadas por jogadas, o jogador (ator) aumenta sua capacidade de produzir outras jogadas (fatos sociais), sendo que há um espaço de jogadas possível, que são as geno-estruturas: os atores prejudicados por elas produzem fatos para acumularem recursos de poder e alterá-las, enquanto os que sentem-se beneficiados buscam sua manutenção. A coleta de dados foi realizada a partir das leituras das edições dos jornais de maior circulação da imprensa corporativa na região, entre os anos 2002-2005, período que compreende desde as negociações do texto final da CQCT até sua ratificação pelo Brasil. Foram identificados e caracterizados atores sociais ligados ao governo federal; organizações de saúde e antitabagistas; sindicatos das corporações do tabaco; movimentos sociais, associações e sindicatos representantes dos fumicultores. Os interesses em disputa, as relações de conflito e as acumulações de recurso de poder dos atores sociais foram analisados em distintos fatos do período. Foram constatadas a existência de relações de conflito entre fumicultores e indústrias quanto à distribuição de renda e condições de trabalho; relações de



cooperação entre fumicultores e indústria e conflito com atores do governo brasileiro e saúde em fatos sociais ligados ao controle ao tabagismo. Concluiu-se também, que o fato de o Governo ter ratificado um acordo mundial de controle do tabaco não alterou as geno-estruturas desse jogo social.

Palavras chave

Fumicultura. Vale do Rio Pardo. Teoria da Produção Social

ABSTRACT

Brazil is the largest exporter and second largest producer of tobacco in the world. The Rio Pardo Valley (RPV), in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), has the highest concentration of tobacco plantations, corresponding to about 20% of the national production. There, tobacco farming is developed by family farmers in an integrated production system that consists of contracts with transnational industries. Farmers do not have labor rights, are subjected to unhealthy conditions and there is an uneven distribution of incomes in the production chain. In 2003, the World Health Organization (WHO) established the first global public health treaty: the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), aimed at protecting present and future generations from the harmful effects of smoking and to counter the strategies of the multinational tobacco industries. The article aims to analyze the social production resulting from the action of social actors involved in tobacco production in RPV, through the Theory of Social Production of the Chilean author Carlos Matus, who considers social actors as personalities or organizations with capacities to accumulate forces, develop interests and produce facts in the social game. From the accumulation of resources provided by plays, the player (actor) increases his ability to produce other plays (social facts), and there is a possible space of play, which are the genoestructures: the actors harmed by them produce facts to accumulate power resources and change them, while those who feel benefited seek their maintenance. Data collection was carried out based on the reading of the editions of the most popular newspapers of corporate press in the region, between 2002-2005, a period that comprises the negotiations of the final text of the FCTC until its ratification by Brazil. Were identified and characterized Social actors linked to:



the federal government; health and anti-smoking organizations; unions of tobacco corporations; social movements, associations and unions representing tobacco growers. The conflicting interests, conflict relations and accumulations of power resources of the social actors were analyzed in different facts of the period. It was verified the existence of conflict relations between tobacco growers and industries regarding the distribution of income and working conditions; cooperative relations between tobacco growers and industry and conflict with actors of the Brazilian government and health in social facts related to tobacco control. It was also concluded that the fact that the Government has ratified a global tobacco control agreement did not alter the genostructures of this social game.

Keywords

Tobacco Farming. Rio Pardo Valley. Theory of Social Production.



I. Introdução

Atualmente, o Brasil é o maior exportador e segundo maior produtor de tabaco do mundo, sendo que quase um quarto dessa produção agrícola é feita no Vale do Rio Pardo (VRP), no Rio Grande do Sul. A região também concentra a maior parte dos complexos industriais das empresas multinacionais desse setor produtivo que atuam no país. Quanto à produção agrícola, essa é realizada por pequenos produtores rurais, proprietários de áreas de terras de tamanho reduzido e que empregam mão-de-obra essencialmente familiar. Esses agricultores não possuem vínculo empregatício com as indústrias, existindo apenas contratos de compra e venda com as empresas: essas fornecem insumos agrícolas e prestam assistência técnica e, ao final do ciclo produtivo, os fumicultores comercializam a quantidade de fumo prevista nesse contrato. Trata-se do chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), desenvolvido pela Indústria do tabaco e vigente a cerca de um século na região.

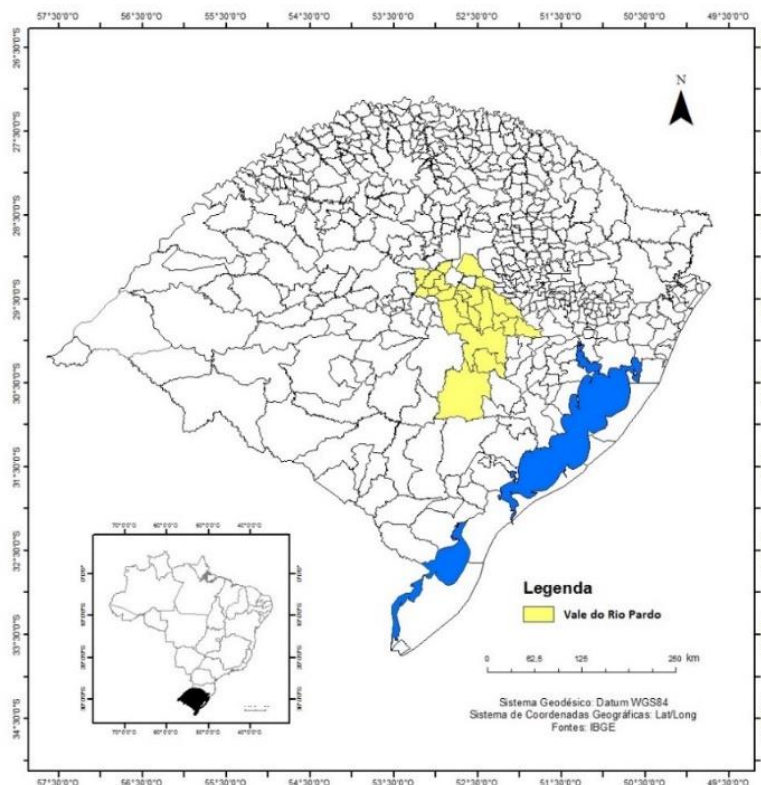


Figura 1 – Localização do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul
Fonte: Adaptado de IBGE, 2016.



Além de se tratar de uma relação de trabalho precarizada, os fumicultores são submetidos a condições laborais insalubres e a eles resta uma margem de retorno financeiro muito pequena: do valor total de uma carteira de cigarros comercializada no Brasil, apenas cerca de 2,61% fica com o agricultor, o restante é referente aos tributos e aos percentuais que permanecem com a indústria e comerciantes (Afubra, 2017). Quanto aos riscos à saúde do trabalhador agrícola, o contato cutâneo com as folhas de fumo e a exposição à produtos agroquímicos utilizados na produção provocam doenças agudas e crônicas, intoxicações e problemas de ordem neurocomportamental (Etges *et. al.*, 2002). Quanto à saúde dos consumidores de produtos derivados de tabaco, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou no final do século XX que a expansão do tabagismo havia se tornado um problema mundial e, em 1999, juntamente com os Estados Membros das Nações Unidas (ONU), propôs a adoção do primeiro Tratado internacional de saúde pública da história (Inca, 2004).

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) foi constituída em 2003 com o objetivo de frear a epidemia do tabagismo através de ações conjuntas a serem executadas pelas nações signatárias. A CQCT passou a ser amplamente divulgada e discutida no VRP a partir do ano de 2002, e seu processo de ratificação pelo Brasil se estendeu até 2005. Este foi um período de disputas, manifestação de interesses e produção de fatos sociais pelos atores sociais que mobilizou as pessoas e organizações de toda a região estudada. Ainda hoje, permanece no território uma ideia de que esse Tratado visava erradicar com a produção de fumo, muito embora mais de dez anos tenham se passado de sua ratificação e não tenham ocorrido alterações expressivas na fumicultura. Ciente dessas características do jogo social naquele momento e da desinformação vigente sobre o assunto e não respondida pela literatura pertinente, o estudo teve como principal objetivo **analisar a produção social nas jogadas produzidas pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo durante o período de 2002 a 2005**. Embora balizar-se nos momentos de constituição da CQCT e processo de ratificação pelo Brasil Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), não se limitou ao tema, mas sim a todos os fatos relevantes para esse jogo social no período de estudo.

Para cumprir com esse objetivo, recorreu-se à Teoria da Produção Social (TPS) de Carlos Matus, uma abordagem processual com capacidade de realizar a análise de uma realidade social sem se prender no estruturalismo. A TPS é uma das elaborações do economista chileno e ministro do



governo de Salvador Allende, Carlos Matus, que foi um dos maiores estudiosos sobre planejamento de governo na América Latina. A teoria foi desenvolvida por esse autor para dar suporte a seu método de planejamento de governo, o Planejamento Estratégico Situacional (PES), que foi desenvolvido em resposta ao planejamento tradicional de governo, preso à esfera econômica. Muito embora a TPS tenha sido concebida com esse objetivo, vem sendo utilizada para a análise da ação de atores sociais em situações de poder compartilhado (MISOCZKY, 2002; COSTA e GOULART, 2011; PINTO, MISOCZKY e FLORES, 2017), característica evidenciada no tema abordado nessa pesquisa.

O presente estudo se desenvolveu a partir de uma pesquisa de dissertação de mestrado concluída em agosto de 2017¹. Devido à necessidade de síntese, este artigo não comporta expor com riqueza de detalhes toda a construção que conduziu aos resultados obtidos. Na sequência, serão brevemente apresentados o referencial teórico, os procedimentos metodológicos utilizados, a sintetização das análises e, finalmente, as principais conclusões levantadas.

¹ Melz. R.L. (2017). *Os Interesses Manifestados pelos Atores Sociais no Jogo da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma Análise dos Fatos Sociais Produzidos de 2002 a 2005* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168996>>.



II. Referencial Teórico

Um conceito central para o PES e para toda a obra de Matus é o de situação. Ele refere-se ao ator da explicação, seus oponentes e aliados, suas ações, às ações de seus oponentes e aliados, assim como à realidade social construída no processo social. O ator social sempre precisa ser considerado em uma situação, ela constitui um espaço de produção social no qual um ator desempenha um papel assim como seus adversários e cooperantes, e a produção resultante depende desses atores sociais e da interação com o contexto situacional (Matus, 1997). Nesse estudo, conforme definido por Matus (2005), foi considerada a explicação de um ator a partir da sua situação, em oposição ao diagnóstico que é impessoal, fala em terceira pessoa.

Já a produção social, pode ser vista como um circuito em que toda produção realizada por um ator social supõe a utilização dos recursos de poder e de acervos. Segundo Matus (1997, p. 109), “toda produção social reverte ao ator-produtor como acumulação social (ou desacumulação) de novos recursos econômicos, de poder, reafirmação, questionamento ou surgimento de novos valores e acumulação de novos conhecimentos”. A Figura 02 ilustra esse processo.

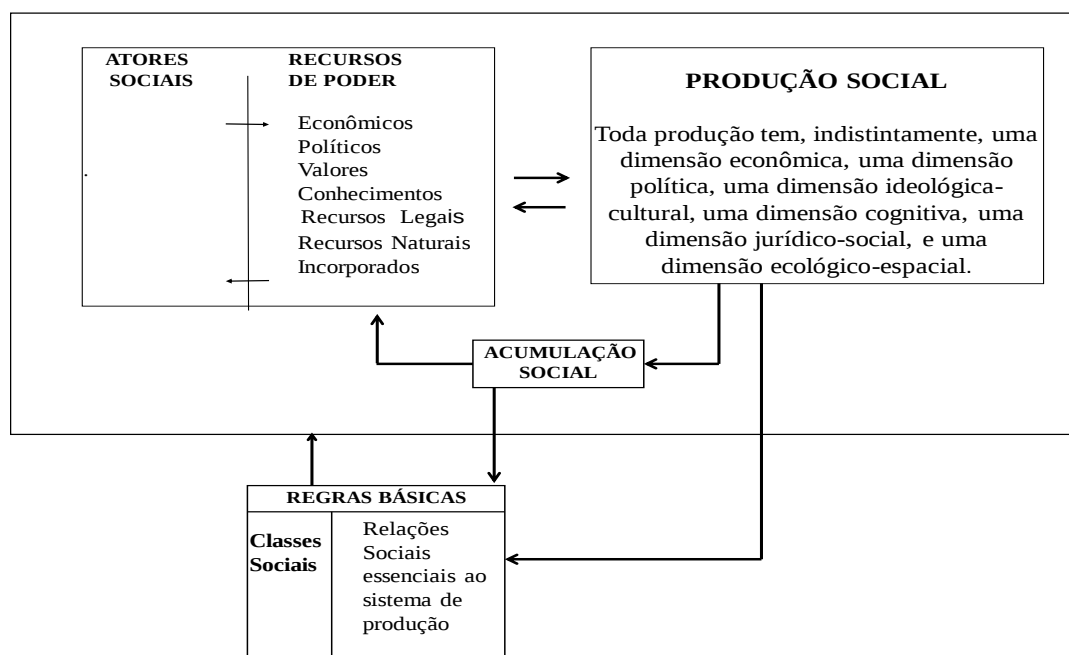


Figura 02 – Processo de Produção Social
Fonte: adaptado de Matus (1997, p. 110).



Para Matus (1997), o ator social é guiado por motivações pessoais e sociais, a sua conduta é imprevisível, é capaz de ser protagonista refletido e de inovar o processo de produção social. Matus (1996, p. 204) afirma que, para ser entendido como tal, um ator social deve preencher os seguintes requisitos: possuir ação criativa; ser produtor e produto do sistema social; possuir um projeto que orienta sua ação; produzir fatos no jogo social; participar de um jogo parcial ou do grande jogo social; ter organização estável, que lhe permite atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente, ou ser uma personalidade, tem presença forte e estável, atraindo uma coletividade social; acumular perícia, emitir julgamentos, produzir atos de fala e de jogadas.

Para facilitar a compreensão do processo de produção social, Matus (1997) utiliza a analogia do jogo. Nesse sentido, os movimentos ou as jogadas são os meios que os jogadores utilizam para alterar suas acumulações, assim como os atores sociais alteram a situação através da ação humana. Deste modo, alteram-se gradualmente as relações de poder no jogo, até um extremo em que alguns tenham possibilidades certas de ganhar e outros de perder. Nessa situação, os primeiros ampliam significativamente o espaço de variedade de seus movimentos possíveis, enquanto os segundos o reduzem diante da alternativa de derrota. O jogo social pode ser entendido como “a arena onde ocorre a prática política e se exerce o governo. É um meio conflituoso, competitivo e cooperativo entre os jogadores ou atores participantes” (Matus, 2005, p. 56).

O jogo possui regras fundamentais prévias a sua prática que constituem as genoestruturas, elas definem o espaço possível de jogadas. São mantidas pelos atores que são beneficiados por elas, enquanto os prejudicados buscam a modificar, para criarem um novo jogo. Quando as genoestruturas são alteradas provocam grandes mudanças na história. O jogo social também possui fenoestruturas, que são as capacidades de produção de fatos sociais, de bens e serviços econômicos e de valores, e que só ocorrem dentro do espaço permitido pelas genoestruturas. Além disso, há os fluxos de produção, que são fatos, eventos, ações e bens gerados ou condicionados pelas fenoestruturas. São exemplos de fluxos de produção os fatos sociais, produzidos no jogo pelos atores (Matus, 1997).

Os atores sociais atuam no jogo através de suas habilidades e recursos de poder disponíveis. Esses recursos críticos variam conforme o jogo social e podem ser acumulados ou desacumulados com o passar das jogadas conforme pode ser observado no processo de produção social representado



na Figura 02. A posição de um ator social no jogo pode ser definida pelos interesses que persegue. O interesse, para Matus (1996), é definido como o propósito com o qual o ator utilizará sua força. Esse interesse, em relação à produção de uma jogada pode ser de apoio (+), rejeição (-), ou indiferença (0). A existência de atores com o mesmo sinal em determinado fato social indica que estabelecem, mesmo que provisoriamente, relação de cooperação, ao passo que os sinais opostos indicam relação de conflito. Os conceitos de Carlos Matus, aqui brevemente apresentados, foram centrais para a identificação dos atores e fatos sociais, e para a análise que se objetivou realizar.



III. Procedimentos metodológicos

Nesse estudo, de natureza qualitativa, recorreu-se a pesquisa bibliográfica para a coleta dos dados. Foi realizada uma delimitação artificial no tempo para essa coleta: os anos completos de 2002 a 2005. Isto porque, a partir dos estudos que versam sobre esse processo, constatou-se que em 2002 iniciaram as reuniões de apresentação do texto da Convenção-Quadro e suas contestações no VRP, e no ano posterior, 2003, iniciou o processo de ratificação brasileira, que se estendeu até outubro de 2005 quando o Tratado foi aderido pelo país.

As principais fontes consultadas foram os jornais de maior circulação na região: Gazeta do Sul, do município de Santa Cruz do Sul e Folha do Mate de Venâncio Aires; e também a revista “Anuário Brasileiro do Tabaco”, que traz informações relacionadas ao setor produtivo do tabaco. Além disso, foram coletados dados em outros estudos relacionados ao tema, sítios eletrônicos de órgãos ligados à saúde e suas publicações; sítios eletrônicos de ministérios do Governo Federal, de organizações de representantes dos agricultores e das indústrias fumageiras, além de entidades que fornecem dados demográficos e de produção agrícola, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto aos jornais, foi realizada leitura de todas as edições publicadas desde o início de 2002 até o final do ano de 2005, e selecionadas as matérias que se relacionavam ao tema da fumicultura para posterior produção de um relato em ordem cronológica e das análises pretendidas. Embora o período analisado esteja diretamente ligado às negociações da Convenção-Quadro, os dados coletados e analisados não se restringiram ao Tratado, mas contemplam todas as discussões naquele período sobre a fumicultura no VRP.

Na análise dos dados foram identificados e caracterizados os atores sociais envolvidos no jogo social da fumicultura no VRP. Essa identificação foi feita a partir dos requisitos apontados por Matus (1996) para que fossem considerados como atores. Além disso, foram indicados os recursos de poder que dispõe cada ator social no jogo. Com base no relato realizado, foram identificados nove fatos sociais produzidos pelos atores. Os critérios para escolha desses fatos foram o volume de informações e os desdobramentos para o jogo social. Esses fatos sociais foram analisados quanto aos interesses



dos atores envolvidos e das acumulações ou desacumulações de recursos de poder em cada um deles. Após isso, foram sintetizadas as relações de conflito e cooperação entre esses atores durante o período analisado do jogo social.



IV. Análise da Produção Social

A análise da produção social revelou, dentre outras constatações abaixo discutidas, que houveram relações de cooperação entre os atores que representavam fumicultores e indústrias do tabaco. Essas relações ocorreram em todos os fatos sociais identificados que se relacionavam ao combate do tabagismo no sentido de defender o setor produtivo do fumo, com atenção especial à formulação e ratificação da Convenção-Quadro no período analisado. Em partes dos anos de 2003 e 2004 esses mesmos atores estabeleceram relações de conflito em fatos nos quais manifestaram interesses antagônicos no jogo, referentes a distribuição de renda na cadeia produtiva do tabaco, que desfavorece o agricultor. Porém, com a retomada das tratativas para ratificação da CQCT as relações entre representantes dos fumicultores e das Indústrias voltaram a ser de cooperação.

Ainda no início das discussões no VRP sobre o futuro tratado internacional de saúde pública, a **Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)** protagonizou relações de cooperação com os representantes da indústria, a **Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO)**, e **Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO)**². A Associação dos fumicultores, devido a sua influência na região dentre os agricultores, conseguiu convencer estes de que a Convenção-Quadro acabaria com a fumiultura. Para isso não apresentou as possibilidades de financiamentos de reconversão produtiva que eram previstos e, até mesmo, combateu a constituição de fundos de financiamento para os fumicultores migrarem de cultura, cooperando com os interesses da Indústria do tabaco que tem o Brasil como um dos principais produtores de sua matéria-prima no mundo. A **Imprensa Corporativa do VRP**, representada pela Empresa Jornalística Folha do Mate LTDA. e o Grupo Gazeta de Comunicações LTDA. teve papel importante de cooperação com esses atores: ofereceu espaços de fala e veiculou reportagens que enalteciam o setor produtivo do tabaco e posicionavam-se contrárias à explicação situacional dos atores que defendiam medidas antitabagistas e a migração da matriz econômica regional da fumiultura para outras atividades. Outros atores

² A partir do ano de 2008 a entidade passou a ser denominada como Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco SINDITABACO, , nas análises dessa pesquisa a entidade será mencionada como SINDIFUMO devido a sua nomenclatura no período estudado.



sociais que representavam os agricultores e municípios fumicultores, como a **Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)**, **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG)**, **Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)**, *International Tobacco Growers' Association (ITGA)* e **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)** também cooperaram com os representantes das Indústrias fumageiras nesse momento. Eles desejavam, com essa cooperação, defender a continuidade da fumicultura, o que significava a manutenção de seus filiados e, indiretamente, o lucro das indústrias fumageiras.

Já os atores sociais que estabeleceram relações de conflito com esses primeiros e cooperação entre si, manifestavam interesse de apoio à Convenção-Quadro por ver nela a possibilidade de enfrentar a Indústria do tabaco e frear o tabagismo em escala mundial. No campo da saúde pública do Brasil, a Organização proponente do tratado, a **OMS**, estabeleceu relações de cooperação com o **Ministério da Saúde**, o **Instituto Nacional do Câncer (INCA)** e a **Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)**, organização criada para implementação do Tratado pelo País. Além disso, ativistas antitabagistas, como **Paula Johns**, protagonizaram relações de conflito com os atores que produziram jogadas movidas por interesse de rejeição à CQCT. A **Presidência da República** do Brasil também cooperava com esses últimos atores pois via no Tratado a possibilidade de participação do País em mais uma arena internacional de discussão. O Governo brasileiro, através de sua diplomacia e do apoio do Poder Executivo foi um dos principais protagonistas da constituição da CQCT, sendo a redação de seu texto presidida por embaixadores do Brasil em Genebra. Porém, ao mesmo tempo, a Presidência da República também cooperava com as operações da Indústria do tabaco através de benefícios fiscais e financiamentos, seja motivada pela arrecadação de impostos ou pela geração de divisas, já que quase 90% do fumo brasileiro é exportado. Essa cooperação da Presidência da República com atores de diferentes interesses no jogo pôde ser constatada também na negociação final para ratificação da CQCT pelo Senado Federal, garantindo que a fumicultura não seria restringida no País e que o acordo fosse aprovado.



O **MPA**, embora ter manifestado o mesmo sinal de interesse que os representantes da Indústria do tabaco nos primeiros fatos identificados que se relacionavam à CQCT, estabeleceu relações de conflito com esses atores questionando a relação de subordinação e exploração do trabalho dos fumicultores pelas indústrias. Nas negociações de reajuste do fumo os atores que representavam os produtores de tabaco colaboraram entre si ao contestarem a posição do **SINDIFUMO** de oferecer aumentos muito aquém do solicitado por esses. A **AFUBRA** e a **FARSUL** limitaram sua relação de conflito com o Sindicato das indústrias somente às mesas de negociação, enquanto o **MPA** e a **FETAG** promoveram manifestações e incentivaram os agricultores a realizar boicotes às empresas. Quanto a esses fatos, principalmente os boicotes à venda de tabaco, a **Imprensa Corporativa do VRP** manifestou interesse de rejeição e cooperou com o **SINDIFUMO**, devido a reflexos no comércio regional.

Após o anúncio de que a Convenção-Quadro poderia ser aprovada pelo **Senado Federal** em caráter de urgência, novamente os atores representantes dos fumicultores e das Indústrias voltaram a estabelecer relações de cooperação para barrar a ratificação brasileira ao Tratado. O **Governo do estado do Rio Grande do Sul** e a **FAMURS** que em nenhum momento manifestaram interesses nos impasses entre os agricultores e as empresas fumageiras demonstraram preocupação com o futuro da fumicultura e neste fato social cooperaram com os atores ligados à cadeia produtiva do tabaco. A **FETAG** que em assembleia realizada em 26 de julho de 2004 havia ratificado a decisão de não mais voltar a negociar com o **SINDIFUMO**, na primeira semana de setembro daquele ano já estava manifestando interesse em cooperação com o Sindicato e no final daquele mês participou em conjunto com **AFUBRA** e **FARSUL** de reunião sobre método de cálculo de preço com o representante das empresas fumageiras. Com isso, esses atores que representam os fumicultores auxiliaram a Indústria do tabaco e também mantiveram sua representatividade junto aos produtores de tabaco, seus associados e filiados.

A **AFUBRA**, **FETAG** E **FARSUL** não cooperaram com o **MPA** em algumas jogadas pois desejavam manter-se como as únicas representantes legítimas, ou seja, com direito de representar os fumicultores nas negociações com o **SINDIFUMO**. As contestações por parte do Movimento contra às multinacionais fumageiras ultrapassavam a negociação de reajuste e criticavam as condições de



trabalho e riscos ocupacionais da fumicultura dentro do Sistema Integrado. Esse ator, no último ano analisado não voltou a cooperar com a Indústria do tabaco e seus representantes no que concerne a fatos sociais relacionados com a Convenção-Quadro. Assim como **Albino Gewehr**, a **Diocese de Santa Maria** e a **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL)**, o **MPA** defendeu a ratificação à CQCT para que os fumicultores brasileiros pudessem acessar recursos de cooperação internacional e migrar da fumicultura para outras atividades, caso assim desejassem. Já os demais atores representantes dos fumicultores cooperaram com o **SINDIFUMO** no sentido de rejeitar a Convenção-Quadro até o final do período analisado.

O Quadro 01 sintetiza os fatos sociais e as relações de conflito e cooperação evidenciadas no jogo social no período analisado e que foram brevemente descritas acima.

FATO SOCIAL	APOIO (+)	INDIFERENÇA (0)	REJEIÇÃO (-)
Constituição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		ABIFUMO / AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa CORPORATIVA VRP ITGA / SINDIFUMO
Carta aberta da AFUBRA e fumicultores às autoridades sobre o Tratado internacional antitabagista	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO		CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Contestações dos fumicultores na safra 2003	MPA	AFUBRA / FARSUL FETAG	IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO
Contestações ao preço do fumo na comercialização final da safra 2003	AFUBRA / FARSUL FETAG	MPA / IMPrensa CORPORATIVA VRP	SINDIFUMO
Contestações dos fumicultores na safra 2004	AFUBRA / ALBINO GEWEHR FAMURS / FARSUL FETAG / MPA		IMPrensa CORPORATIVA VRP SINDIFUMO
Tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL GOVERNO DO RS IMPrensa CORPORATIVA VRP ITGA / MPA / SINDIFUMO



Campanha no VRP contra a ratificação da CQCT	AFUBRA / FAMURS / FARSUL FETAG / IMPRENSA CORPORATIVA VRP / SINDIFUMO	SENADO FEDERAL	ALBINO GEWEHR / CONICQ INCA / MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS
Rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPRENSA CORPORATIVA VRP SINDIFUMO		ALBINO GEWEHR / CONICQ DIOCESE DE SANTA MARIA SENADO FEDERAL / FETRAF-SUL MINISTÉRIO DA SAÚDE MPA / PAULA JOHNS / INCA
Ratificação brasileira à Convenção-Quadro	ALBINO GEWEHR / CONICQ DIOCESE DE SANTA MARIA FETRAF-SUL / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE / MPA OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL FETAG / GOVERNO DO RS IMPRENSA CORPORATIVA VRP ITGA / SINDIFUMO /

Quadro 01 - Síntese das relações de conflito e cooperação entre os atores sociais



V. Conclusões

Esse estudo cumpriu com o papel de identificar os atores sociais que com a utilização de seus recursos de poder manifestaram seus interesses e produziram fatos orientados por sua situação no jogo e de analisar a produção social na fumicultura do VRP no período estudado. Dentre as contribuições dessa pesquisa, a análise dos interesses em disputa nesse jogo social possibilitou compreender o porquê da ideia propagada no VRP de que a Convenção-Quadro tem como objetivo proibir a fumicultura no Brasil. Pois, a partir de jogadas produzidas por atores sociais, em especial pela AFUBRA e Imprensa Corporativa regional, a explicação situacional desses atores foi a única divulgada na região, não sendo propagada a situação dos atores sociais com interesse antagônico a esses.

Além disso, embora não tenha sido o principal objetivo dessa pesquisa, o estudo também forneceu bases para compreender a dificuldade dos fumicultores de deixarem a subordinação às indústrias fumageiras e migrar para outras atividades agrícolas. A própria Associação dos Fumicultores, embora defenda uma produção diversificada nas propriedades fumicultoras, manifestou interesse de rejeição às propostas de criação de fundos e impostos especiais para financiar a reconversão produtiva. Deste modo, a AFUBRA atua no jogo social de forma coerente por ser uma entidade que se mantém e obtém lucro em função da fumicultura. Além disso, possui amplas capacidades de produção social que utiliza em fatos sociais com relações cooperativas com a Indústria do tabaco com interesse de apoiar a continuidade do polo de produção de fumo na região do Vale do Rio Pardo.

Os interesses manifestados por diversos atores sociais quanto ao jogo analisado, expressam a cooperação de atores ligados à indústria, aos agricultores e a imprensa na continuidade da fumicultura nos moldes do atual Sistema Integrado de Produção. Os próprios representantes desses agricultores, como demonstrado na pesquisa, produzem jogadas para a manutenção da fumicultura nos moldes atuais. Ou seja, a manutenção da exploração do trabalho desses agricultores e do lucro almejado pelas corporações multinacionais do tabaco através de relações de poder muito desiguais em favor dessas empresas.



Os representantes dos fumicultores nas instâncias de negociação com as indústrias (AFUBRA, FETAG e FARSUL) mostram-se satisfeitos com o sistema integrado, não o contestando, e mantendo-se desde então como as únicas organizações com recursos de poder políticos e legais para tal representação. O MPA pretendia produzir outros fatos sociais que extrapolariam a mera discussão de reajuste de preços. Essa possibilidade preocupava as indústrias e os atores acima citados, que também estavam confortáveis com a situação posta. Dentre os pontos de questionamento do MPA é possível destacar as questões de precarização das relações de trabalho, além dos riscos à saúde dos fumicultores. Esse último assunto, debatido pela literatura, não foi abordado pela imprensa corporativa do VRP em nenhum momento do período analisado. A baixa remuneração dos fumicultores pela indústria é contestada de forma muito limitada por seus representantes legítimos. Isso ocorre pois as empresas e o SINDIFUMO deixam claro que a fumicultura brasileira é estrategicamente viável pelo fato da Indústria conseguir adquirir sua matéria-prima a baixo custo através do sistema de produção integrado. Uma vez que essas entidades dependem dessa atividade econômica para manter seus filiados e associados, cooperam com o interesse da Indústria do tabaco no País.

Os fumicultores não foram identificados nesse estudo como um ator social por não atenderem aos requisitos de Matus (1996) para tal, principalmente no que se refere à organização estável que lhes permitiria atuar com o peso de um coletivo. No período analisado, não foi possível observar a constituição de um grupo organizado de luta, criado e formado por fumicultores para produzir fatos orientados por seus interesses no jogo. As mobilizações foram protagonizadas por Federações, Sindicatos e Movimentos sociais que não foram constituídos por fumicultores ou para defender suas pautas. Conclui-se que, apenas através de sua organização os agricultores poderão fazer frente à subordinação e exploração do trabalho que estão submetidos pela Indústria do tabaco e legitimada pelos atores sociais que os representam atualmente.



VI. Bibliografia

Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). *Fumicultura no Brasil*. Recuperado em 11 dezembro, 2017 de <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>.

Etges, V. E. *et al.* (2002, novembro). O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. *Textual*. v.1 n.1, p.14-21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). (2016). *Produção Agrícola Municipal de 2015*. Recuperado em 03 março, 2017 de: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432260&search=rio-grande-do-sul>>.

Instituto Nacional do Câncer José Alencar (Inca). (2004). *Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?* Rio de Janeiro: Inca.

Matus, C. M. (1996). *Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas*. São Paulo: Fundap.

Matus, C. M. (1997). *Política, planejamento & governo*. (3ª ed.). Brasília: Ipea.

Matus, C. M. (2005). *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap.